

PARADOXOS DA CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE GOIÁS¹

Izabela Tamaso (UCG)

Resumo

Inúmeros são os casos de conflitos que foram deflagrados a partir de práticas patrimoniais agenciadas nos espaços urbanos ou em bens simbólicos, sejam públicos, privados ou religiosos na cidade de Goiás. Ao analisar o processo de patrimonialização invisto na observação do debate cultural materializado na prática social. Apresento os contrastes entre, de um lado, os ideais históricos e estéticos da burocracia estatal ou internacional (IPHAN e UNESCO) e dos agentes locais do patrimônio (elite cultural), e de outro, as histórias pessoais e familiares incrustadas nas ruas e becos, pontes e largos, nas paredes de taipa, adobe ou pau-a-pique das residências da antiga Vila Boa de Goiás.

Casas, monumentos, largos, ruas, pontes, pedras, santos foram (e ainda são) os bens culturais apropriados pela elite local, pelo IPHAN e mais recentemente, pelo Programa Monumenta, com o fim de exercerem suas atividades de preservação do patrimônio cultural vilaboense: “produtos materiais do consumo visual”. Se por um lado, protegem o patrimônio e apóiam projetos de recuperação, reurbanização e requalificação das áreas patrimoniais, por outro, expropriam, ao menos em parte, os moradores de alguns de seus bens coletivos e religiosos. Indico que o trabalho de proteção ao patrimônio acaba por retirá-lo, em grande parte, do cotidiano dos moradores da cidade. Este trabalho coloca em evidência as estratégias e táticas acionadas pelos vários agentes sociais no contexto da cidade patrimonial.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Apropriação cultural. Memória social.

A cidade de Goiás (GO) foi reconhecida pela UNESCO como “patrimônio mundial”, em 2001. Uma parte da área urbana havia sido tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em dois momentos distintos: na década de 50 (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN) — tombamentos de imóveis isolados e dois pequenos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos — e em 1978 (IPHAN)² — ampliação do tombamento de 1978, resultando em uma área (protegida) contígua maior. Desde então, os proprietários de imóveis acautelados pelo Estado-nação tiveram seus direitos de propriedade limitados pelo Decreto-Lei 25 de 1937 e pela Portaria 001 de 22 de abril de 1993. Minha experiência em pesquisa e reflexões anteriores (Tamaso, 1998, 2002) indicava que, provavelmente, muitos conflitos na cidade de Goiás teriam advindo das políticas de preservação do patrimônio empreendidas pelo IPHAN. Saliente-se que para além do aparente

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho. Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Desde sua fundação em 1937 até década de 90, o instituto de preservação do patrimônio nacional mudou várias vezes sua denominação e sigla. Suas várias denominações foram SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), SPHAN (Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), SPAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional) IPHAN Instituto Histórico e Artístico Nacional), DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural). Para maiores detalhes conferir Fonseca (1994). Ao fazer referência à instituição, o farei levando em conta a denominação usada no momento das políticas e práticas descritas e/ou analisadas.

consenso que paira sobre as políticas de preservação dos patrimônios (que é por definição comum a todos), subjazem tanto as clivagens ideológicas e as distâncias sociais (Monnet, 1996), quanto as representações e apropriações plurais e, por vezes, antagônicas dos lugares e dos bens culturais.

O tempo que separa o reconhecimento oficial, efetuado pelo SPHAN, na década de 50 e pelo IPHAN em 1978, do reconhecimento mundial, em 2001, compreendeu mudanças significativas na cidade e na relação dos vilaboenses com seu *centro histórico*. A noção de “deslocamento”, desenvolvida por Gupta e Ferguson (2000) pode ser trazida para pensar as mudanças nas representações e apropriações que os moradores têm e fazem da cidade de Goiás de maneira geral, e do *centro histórico* e dos bens culturais de modo particular, em decorrência do processo de patrimonialização, sobretudo a partir da inserção da categoria *patrimônio mundial*. Para esses atores, o deslocamento não é uma “experiência de quem se desloca”, mas a experiência daqueles que “permanecem em locais familiares e ancestrais [e] vêm mudar inelutavelmente a natureza de sua relação com o lugar” (Gupta e Ferguson, 2000, p. 33).

Como exatamente foram transformadas as relações dos vilaboenses com o lugar e com os bens culturais que atribuem significado ao lugar? Em quais direções se deram os deslocamentos ocasionados pelo processo de patrimonialização (que ocorreu durante toda a segunda metade do século XX) e o que deles decorreu? Qual diferença há entre o processo do patrimonialização em âmbito nacional, operado pelo IPHAN, do processo de reconhecimento efetivado pela UNESCO?

Ao focar no processo de patrimonialização em Goiás, inspirada em Herzfeld (1991), invisto na observação do debate cultural materializado na prática social. Surgem assim os contrastes entre, de um lado, os ideais históricos e estéticos da burocracia estatal ou internacional (IPHAN e UNESCO) e dos agentes locais do patrimônio (elite cultural), e de outro, as histórias pessoais e familiares incrustadas nas ruas e becos, pontes e largos, nas paredes de taipa, adobe ou pau-a-pique, das residências da antiga Vila Boa de Goiás. Decorre dessa abordagem a detecção de quais são os bens culturais reconhecidos pelos vilaboenses (e por quais vilaboenses) como bens patrimoniais. A par dessas análises estão as representações que têm os vilaboenses das políticas e práticas de patrimonialização de seus bens culturais.

Não creio que se faça uma antropologia dos patrimônios se não se debruçar sobre as experiências cotidianas dessas pessoas com os seus bens culturais e com os processos que os geraram. Há algumas décadas atrás Arantes (1987) ressaltou a importância de reflexões “acerca da recepção social dos bens” criados pelas práticas preservacionistas, ou seja, sobre o “‘retorno’ desses bens transformados em ‘monumentos históricos’” (p. 52). Mas para isso há

que se deixar “to hang around with them” (Geertz, 1996, 260). Afirmando, pois, que uma antropologia dos patrimônios não é uma antropologia dos “bens culturais” ou “patrimoniais”, mas antes uma antropologia da representação e apropriação desses bens culturais por parte de seus portadores imediatos, e do diálogo entre as singulares e diversas formas de conceber e usar os patrimônios locais. É antes uma antropologia das concepções plurais de tempo e lugar.

O conceito de apropriação tem sido usado, em geral, para tratar de casos relativos aos contextos coloniais, nos quais bens culturais tangíveis foram pilhados e deslocados de seus contextos originais (Clifford, 1994; Lidchi, 1997; Stocking, 2001; Ziff e Rao, 1997, Lowenthal, 1998b) ³. É o caso, por exemplo, das esculturas do Parthenon grego⁴ e da machadinha Krahô no Brasil⁵.

Nas ações de apropriação cultural, três pontos devem ser destacados: (1) a apropriação diz respeito à relação entre pessoas e entre grupos sociais, (2) existem diversos modos pelos quais ela ocorre e (3) ela é amplamente praticada (Ziff e Rao, 1997) ⁶. Ziff e Rao afirmam que a maior parte dos estudos sobre práticas de apropriação cultural, traz descrições implícitas de grupos de *insiders* e *outsiders*⁷, ressaltando que as práticas de apropriações culturais não dizem respeito apenas aos valores atribuídos à celebração de diferentes tradições culturais, mas especialmente a práxis política (Ziff e Rao, 1997).

Um primeiro grupo de práticas de apropriações vem sendo agenciado pelos técnicos, especialistas e burocratas do IPHAN desde a década de 50. Dizem respeito à ação técnica e institucional de selecionar (o que implica em excluir) os bens representativos da nação, reconhecê-los como patrimônios, declarar decisões sobre restauros, conservação e recuperação, bem como decidir sobre requalificação e usos de algumas edificações e lugares públicos.

³ O saque e a pilhagem empreendidos pelo espírito colonialista, sobretudo a partir do século XVI, possibilitaram a constituição de inúmeros museus em todo o mundo. Fundada numa relação de força e poder, a dominação colonial expropriou objetos de seus contextos originais e criou políticas de exibição, muitas vezes, auxiliadas pelo próprio conhecimento antropológico (Lidchi 1997). Há algumas décadas, teve início um movimento de “reapropriação das peças para usos não museológicos” (Meneses 1993). Baseado na idéia de que as peças deveriam voltar aos seus contextos originais, por motivos rituais e simbólicos, artefatos culturais, retornaram ao lugar de origem.

⁴ As esculturas de Parthenon são também conhecidas como Parthenon Marbles ou Elgin Marbles e foram removidas de Atenas em 1806 e depositadas no British Museum, em Londres, em 1816. Há alguns anos o governo grego solicitou que as esculturas fossem repatriadas e um longo debate, que tomou um âmbito mundial, teve início.

⁵ Em 1986, os Krahô, numa ação de afirmação étnica, reivindicaram e conseguiram que o Museu Paulista (USP) lhes devolvesse o machado de pedra de lâmina semilunar.

⁶ Sobre atos de proteção e repatriação envolvendo grupos nativos e museus, conferir Nason (1997) e Teague, Joaquin e Lomawaima (1997).

⁷ Em que pese a dificuldade de se estabelecer uma divisão entre grupos culturais, os autores entendem ser possível determinar o nível de nexo existente entre um bem cultural e um dado grupo (Ziff e Rao, 1997, p. 3).

Saliente-se que à constituição de um campo patrimonial segue-se a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos (Bourdieu, 1992, p. 39), ou seja; as ações que conformam o processo patrimonial são também instrumentos de exclusão, à medida que as instituições oficiais de proteção dos patrimônios negam o valor cultural de determinados bens (Rodrigues, 1996).

Junte-se às apropriações efetuadas pelos agentes exógenos, aquelas praticadas pelos próprios vilaboenses. Por isso, no caso de Goiás, chamarei de apropriação cultural os distintos tipos de ações relativas aos bens culturais vilaboenses, praticadas por agentes exógenos (*outsiders*) e endógenos (*insiders*) à cidade.

Agenciaram apropriações culturais os vilaboenses membros da elite cultural local, tanto por colaborarem com o IPHAN no processo de patrimonialização, quanto por trabalharem paralela e independentemente da instituição federal agenciando bens culturais em atendimento às demandas turísticas⁸.

Exemplos de apropriações endógenas, empreendidas pela elite cultural — que contaram com apoio de agentes exógenos, (técnicos do IPHAN e membros do clero, por exemplo) — são a criação do Museu de Arte Sacra, a retirada dos santos das igrejas em custódia para o Museu de Arte Sacra, a abertura das igrejas como parte do roteiro turístico, a reelaboração da Procissão do Fogaréu, a criação do Museu Casa de Cora Coralina, dentre outras. Ressalte-se que à expropriação dos objetos de alguns sujeitos sociais, em um contexto particular de significado, tempo e espaço, segue-se a apropriação desses mesmos objetos por observadores em outro contexto. (Stocking, 2001, p. 250).

Mas considerando-se que os “diversos grupos se apropriam de formas diferentes e desiguais da herança cultural” (Canclini, 1997, p. 194), a apropriação também diz respeito aos variados usos que os vilaboenses fazem dos bens culturais, tenham sido eles patrimonializados ou não. Como eles tomam para si, das formas mais variadas, os bens culturais privados, públicos e religiosos?

Aos olhos de um grupo de vilaboenses tradicionais a construção da cidade “patrimônio mundial” impactou sobremaneira o patrimônio da cidade. Paradoxal parece esta afirmação. Mas há de fato uma dissensão entre a lógica que subsidia a intervenção dos processos de *enobrecimento* e a lógica de apropriação dos espaços urbanos pelos vilaboenses tradicionais. Evidencio as estratégias e táticas acionadas pelos vários agentes sociais no contexto da cidade

⁸ Informo que denomino elite cultural aqueles vilaboenses que independentemente de capital econômico (uma vez que podem ou não portá-lo), permanecem de posse de significativo capital cultural e, por vezes, político. Essa elite cultural vilaboense (que também tem membros residentes em Goiânia) é constituída pelas famílias tradicionais da cidade, tem boa escolaridade, ocupa cargos no funcionalismo público municipal, estadual e federal, e tem grande interesse e participação nos assuntos da área cultural da cidade.

patrimonial. Agentes da preservação põem em prática a burocracia patrimonial, estratégias elaboradas pelo saber especializado sobre os bens de outrem e de si próprios (caso do IPHAN em nível local e regional que atua com funcionários vilaboenses ou que têm relações de parentesco na localidade). Os vilaboenses tradicionais agem criando táticas para se “preservarem” no espaço urbano, agora repleto de fiscais, especialistas e burocratas; regras e normas.

Sendo um sistema cultural, o patrimônio vilaboense se compõe de símbolos privados (a terra, a casa, o nome, a tradição, o dom, as relíquias) públicos (pontes, largos, chafarizes, becos, ruas, calçamentos, monumentos, edificações públicas e a música) e religiosos (igrejas, procissões, folias, festas, objetos sacros, como santos, ostensórios, coroas, cetros, bandeiras e a música sacra); todos eles “formulações tangíveis de noções, abstrações de experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de idéias, atitudes, julgamentos ou crenças” (Geertz, 1989, p.105).

Como um todo integrado (o que não significa um todo harmonioso e nem em equilíbrio), o sistema patrimonial é ao mesmo tempo um sistema de relações sociais, arranjos econômicos, processos políticos, categorias culturais, normas, valores e idéias. Assim, as dimensões do patrimônio vilaboense — público, privado e religioso — passam a ser “equacionadas numa perspectiva ampla e sistêmica do que é o patrimônio local em que cada elemento surge integrado num plano conjunto, de múltiplas interações entre as partes” (Fortuna, 2006, 4). Ciente de que não são os sistemas “por força naturalmente estáveis”, trato o sistema patrimonial em Goiás “*como se fosse parte de um equilíbrio global*” (Leach, 1996, p. 326)⁹.

Destacarei sucintamente neste trabalho um exemplo de apropriação cultural feita, em *nome no patrimônio*, pelo IPHAN e Programa Monumenta / BID. O Programa Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com apoio da UNESCO. Atua em cidades protegidas pelo IPHAN, visando “conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social”¹⁰. Leite considera-o uma “esfera paralela ao IPHAN na atuação das políticas públicas de preservação” (2001, p. 69). Uma das metas do programa a serem destacadas diz respeito à dinamização das atividades econômicas do setor. Tanto é que indica que terá alcançado seus propósitos quando “a) o número de visitantes aumentar; b) as taxas de ocupação dos edifícios nas Áreas de Projeto aumentarem; c) os

⁹A apresentação do modelo da realidade social, sendo uma hipótese do antropólogo sobre o modo como o sistema social opera (uma ferramenta analítica), cria uma ficção de equilíbrio que não existe nas sociedades reais. A realidade social é, na maioria dos casos, cheia de incongruências que podem nos propiciar uma compreensão dos processos de mudança social (Leach, 1996).

¹⁰ Pesquisado no site www.monumenta.gov.br/programa/index.php?p=195548more=18c=18pb=1# Access on 15 de janeiro de 2007.

recursos dos fundos locais de preservação atingirem os níveis projetados, e d) a atividade econômica e o emprego aumentarem nas áreas”¹¹. Observa Leite (2001) que a “prioridade do projeto não é, portanto, a simples recuperação de monumentos de valor histórico para determinados setores da população, mas prioritariamente a ‘revitalização’ de áreas urbanas rentáveis, que possam fomentar a reaplicação econômica dos recursos envolvidos” (p. 70)

Outro ponto a ser destacado é que para cumprir a meta de “manutenção das características originais dos bens, sem que sejam necessários futuros aportes de recursos públicos” o Programa propõe como estratégia o estabelecimento de “novos usos para os imóveis e monumentos recuperados”¹². Atendendo à lógica da conservação patrimonial, estes objetos, metas e estratégias devem ser compreendidos no âmbito dos contextos nos quais se aplicam.

Em Goiás as ações do Monumenta se voltaram mais para os espaços públicos do que para “as intervenções em edificações tombadas” visto estarem estas “em bom estado de conservação”¹³. A Oficina de Planejamento do Monumenta, que área de atuação e influência do projeto na cidade, foi realizada em março de 2001, com presença vários agentes da cultura e patrimônio locais, além dos especialistas e consultores do IPHAN.

As ações do Monumenta em Goiás desde 2001 até 2006 foram as seguintes: (1) 15 imóveis atingidos pela enchente; (2) restauração do Museu das Bandeiras; (3) Chafariz de Cauda e retirada do anfiteatro do Largo do Chafariz (Praça Dr. Brasil Caiado); (4) revitalização da Praça do Coreto (Praça da Liberdade); (5) recuperação do calçamento de algumas ruas e calçadas inseridas na área do projeto; (6) restauro e conservação de muros; (7) restauração de imóveis privados; (8) resgate da Estrada do Nascente: trilhas e caminhos de Vila Boa. Além disso, o Programa Monumenta financiou o Festival de Poesia de Goyaz¹⁴.

Neste trabalho apresentarei (1) a resistência de moradores vilaboenses frente à tentativa de requalificação de um largo — Largo do Chafariz — bem como (2) a reação dos vilaboenses frente à requalificação empreendida em outro largo — Largo do Coreto.

Os largos são pontos de convergências de várias ruas e becos. São os espaços mais valorizados do ponto de vista simbólico, desde o período de formação da cidade colonial. Até hoje são as famílias mais tradicionais que ocupam o casario situado nos largos. Instituições

¹¹ Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano – Monumenta, BR 0261, 2000, p. 7.

¹² Pesquisado no site www.monumenta.gov.br/programa/index.php?p=195548more=18c=18pb=1# Access on 15 de janeiro de 2007.

¹³ Monumenta/BID. Perfil do Projeto. Resumo Executivo. 2002.

¹⁴ Projetos a serem desenvolvidos são (1) a “Revitalização do trecho urbano do Rio Vermelho” e (2) o Mercado Municipal, sendo este último “projeto foco do programa” se definindo como “suporte para sustentabilidade com a oferta de concessões de espaços para os permissionários existentes”. Pesquisado em www.monumenta.gov.br/programa/index.php?p=195548more=18c=18pb=1# Acessado em 15 de janeiro de 2007.

civis, monumentos e/ou igrejas e comércio colaboram para conferir-lhes um status superior na hierarquia espacial e social.

O Largo do Chafariz destacou-se, desde o início da atuação do IPHAN na cidade, como parte importante daquela paisagem cultural. Foi o primeiro conjunto arquitetônico tombado, seguido pelos largos do Coreto, do Rosário e de São Francisco. O fato, porém, de ocuparem lugar de destaque na hierarquia patrimonial não elimina conflitos decorrentes das divergências entre moradores e agentes do IPHAN quanto aos projetos de restauros, reformas e usos dos espaços públicos. Ao contrário, são esses os lugares onde melhor podemos observar a disputa entre o “tempo monumental” e o “tempo social” (Herzfeld, 1991), a “paisagem” e o “vernacular” (Jackson, 1986).

O hiato discursivo entre o “tempo monumental” e o “tempo social”, separa a compreensão popular da história, daquela oficial. Para Herzfeld, “social time is the grist of everyday experience”, enquanto o tempo monumental é “is reductive and generic”, sendo que em sua forma mais extrema ele se apresenta como “the time frame of nation-state” (1991, p. 10). A esta primeira tensão soma-se outra: entre “paisagem política” (ou paisagem) e a “paisagem habitada” (ou vernacular). Para J. B. Jackson, o aspecto político impresso à noção de paisagem seria referente “those spaces and structures designed to impose or preserve a unity and order on the land, or in keeping with a long-range, large-scale plan” (1984, p. 150). O vernacular, diferentemente de apenas representar as tradições comuns de um lugar ou uma cultura, expressa tanto as “construções dos edifícios quanto das relações sociais feitas pelos desprovidos do poder, em contraste — e frequentemente em conflito — com a paisagem imposta pelos detentores do poder” (Zukin, 2000b, p. 106).

Apresento algumas das tensões entre o “tempo monumental” e o “tempo social”, entre a “paisagem política” e a “paisagem habitada”, no caso dos largos em Goiás. A primeira aconteceu na década de setenta, quando o IPHAN programou uma reforma no Largo do Chafariz. Uma funcionária do IPHAN lembra-se que à época fora

rodeada por fazendeiros, homens com chapelões, botas altas, aparentando assim muita importância e tinham realmente importância, eram grandes proprietários de fazenda, eles me deixaram no meio de uma roda, e eles então me perguntavam: “porque aquele projeto na praça, não havia necessidade daquele projeto, que aquela praça era à vontade, os cavalos pastavam, as crianças brincavam à vontade, subiam, trepavam nas árvores...”¹⁵

O conflito era entre a restauração e a vida real¹⁶. Os moradores do Largo do Chafariz resistiam ao projeto ao qual não tinham sequer sido consultados. A tensão em que se

¹⁵ Entrevista concedida à autora em julho de 2001.

¹⁶ “The conflict between restoration and ‘real’ life” é uma expressão usada por Handler (1988, p.151) ao analisar as várias interpretações sobre a intervenção na Place Royal no Quebec.

encontravam os moradores com relação às políticas empreendidas pelo IPHAN na cidade e exemplificada no testemunho da funcionária do IPHAN é comprovada pelo depoimento de outra funcionária da mesma instituição, que se lembra do fato de que a reforma proposta pelo IPHAN previa a instalação de um anfiteatro:

*Teve uma coisa muito... que, aqui na praça, eles estavam mexendo aí na praça [Largo do Chafariz]. Aí o IPHAN queria que isolasse, fazendo aquela arquibancada que o povo não aceitou. Fez aquela do outro lado. O povo nunca aceitou aquilo! Aquilo foi uma coisa imposta, o povo nem senta naquilo lá, [...] porque desfez a praça. Aí... a fulana [nome omitido] é que dirigia isso. Um dia teve uma reunião aqui, o povo pegou ela na praça, e deu uma prensa nela! Porque ela queria fechar a praça e não queria deixar entrar carro na praça. Aí foi um forrobodó! [...] Aí o povo revoltou contra ela, foi feio! [...]*¹⁷. [grifos meus]

Era a identidade social do lugar que estava em jogo: o lugar deles de todo dia sendo alterado e preparado para o consumo cultural. O projeto realizado por especialistas do IPHAN não considerou os usos e apropriações que os moradores faziam daquele lugar habitado e vivido por eles e por suas famílias, algumas por mais de um século. Os moradores da Praça do Chafariz queriam que a praça continuasse atendendo aos habituais usos: cavalos pastando, crianças brincando, jogando bola e subindo em árvores.

A afirmação de Velho (1997) sobre os terapeutas serve aqui para os técnicos do IPHAN. A “definição de realidade com que trabalham” os arquitetos e engenheiros é no que tange, aos patrimônios culturais, em geral, “bastante arbitrária, restrita e pouco sensível à diversidade das experiências socioculturais” (Velho, 1997, p. 30) ¹⁸. Vale lembrar a afirmação de Herzfeld (1991) de que “bureaucrats and townspeople alike are theorizing agents [...] whose analytic sense of past and current events shapes their handling of future ones” (p. 193).

Era o valor de uso do largo que estava entrando em debate. Para os moradores, o uso tradicional, funcional e simbólico; para o profissional que elaborou o projeto, o valor de troca; pois o largo ia sendo preparado (bem como a cidade) para os turistas. O anfiteatro foi instalado. Em meu período de campo, por um ano e meio em que morei na cidade nunca vi os moradores fazerem qualquer uso daquele anfiteatro.

Conversava com uma pessoa moradora do Largo sobre cada uma das obras mais polêmicas de restauro na cidade, sob os cuidados do IPHAN. Indignada a pessoa desabafou:

Por isso que eu digo pra você que o IPHAN é um órgão, que aqui na cidade de Goiás, ele precisaria levar seus funcionários pra fazer curso, pra aprender o que é patrimônio. Pra aprender o que é conviver... não é que eu seja especialista não, mas eu gosto do que é a minha cidade. E a minha relação com a minha cidade é uma relação... não é aquela coisa

¹⁷ Entrevista concedida à autora em setembro de 2000.

¹⁸ Velho (1997) dirige sua crítica à “dificuldade contemporânea de psicanalistas e psiquiatras lidarem com indivíduos de classes e subculturas diferentes da sua, portadora de um saber oficial” (p. 30)

*física, é sentimental. E me agrediu a incompetência dessas pessoas que não têm vínculo com a cidade fazer o que fazem com a cidade, com amparo legal*¹⁹. [grifo meu]

Em 2002, o próprio IPHAN que impôs aos vilaboenses o Teatro de Arena (*anfiteatro*), nunca por eles apropriado, retirou-o com verba do Monumenta/BID, por ocasião da reforma do Chafariz de Cauda. Alegaram que era um lugar de diversos tipos de resíduos.

No dia 30 de junho de 2005, os moradores do Largo do Chafariz receberam em suas casas um comunicado sobre uma reunião que tinha por objetivo apresentar um “projeto à comunidade”. Novamente aquela paisagem de poder entraria em disputa. Novamente os moradores, altivos, convictos de sua ancestralidade no lugar, de seus laços de pertença, de seus direitos, reagiriam à prática de *enobrecimento*. Narro os acontecimentos a seguir, ressaltando que não objetivo a veracidade dos fatos, mas sim a representação que deles tiveram os próprios moradores do largo.

O projeto de reurbanização do Largo do Chafariz propunha a retirada do eixo central da praça (alameda), fato que implicaria na retirada de algumas palmeiras imperiais e alguns pés de oitizeiros — árvores de grande estima dos vilaboenses tradicionais. Os moradores do largo rejeitaram as duas alterações: (1) a retirada do eixo central e (2) a retirada das palmeiras imperiais e oitizeiros.

No primeiro caso os moradores alegaram que as palmeiras e oitizeiros eram importantes para eles, uma vez que sempre estiveram naquele lugar. No segundo caso, alegaram ser a alameda central a via por onde passam veículos automotivos. Sua retirada implicaria em desassossego para os moradores, uma vez que o trânsito do eixo central seria desviado para as laterais onde ficam as fachadas das casas. As interferências no espaço público implicariam em alterações no cotidiano dos moradores do largo. Dada a resistência dos moradores às alterações previstas no projeto, os técnicos alegaram que não haveria tempo para se executar outro projeto e que perderiam a verba disponível. Insistiram os moradores que não eram contra a reurbanização da praça, apenas recusavam-na naquelas duas alterações. Ao fim da reunião os moradores presentes, entenderam que não haviam chegado a um consenso.

Os debates permaneceram por várias semanas. Os moradores se organizaram, apresentaram seus argumentos para o Prefeito Municipal e para a Diretora da 17ª Superintendência Regional do IPHAN. Além disso, fizeram um abaixo assinado e enviaram para Coordenadora Cultural da UNESCO no Brasil e para o Programa Monumenta,

¹⁹ Entrevista concedida à autora em 2002. Identidade omitida por opção da autora.

responsável pela verba e execução do projeto. Algumas correspondências foram trocadas entre grupo organizado de moradores, IPHAN e Monumenta.

Os responsáveis pelo projeto alegavam que ao contrário de prejuízo à segurança dos moradores, a retirada da alameda central diminuiria as “vias de trânsito automotor e a área total pavimentada, aumentando a segurança, o conforto dos pedestres, a prática de jogos e brincadeiras, e disponibilizaria espaços maiores para eventos”²⁰. Observe-se que há uma declaração de interesse em adequação da praça para eventos. Os moradores organizados argumentaram que “há uma harmonia entre arquitetura, urbanismo e vida latente que interagem e historicamente utilizam-se deste largo como espaço de viver”²¹.

A alameda central tem aspectos simbólicos vinculados às trajetórias cotidianas e rituais que também não foram considerados. É por ela, por exemplo, que passa a Folia do Divino Espírito Santo, quando sai da Catedral de Sant’Ana para o seu primeiro dia de giro, no Domingo de Páscoa. Ela atravessa o Largo do Chafariz pela alameda central até alcançar a casa de dona Silvia Curado, onde faz sua primeira monumental parada. A retirada da alameda ampliaria o espaço do gramado, que já é deveras amplo. Para os moradores não há necessidade de mais espaço gramado. É o maior largo da cidade. Ele é monumental em todos os sentidos. Três anos antes da apresentação do projeto de reurbanização do largo pelo IPHAN e Monumenta, pedi a Sebastião da Silva Curado, um dos moradores do largo, que escolhesse um lugar na cidade que ele considerasse especial:

*Ah esse largo! O largo como um todo. O largo pelo seguinte: esse largo ele fascina! Você tem a amplitude de ver o Santa Galo, você vê o Dom Francisco, vê a Santa Bárbara! Você vê as pessoas como um todo... os seus vizinhos. Porque ele não é aquela coisa que você vê o teu vizinho da frente, você vê todos os seus vizinhos. E ele é extremamente participativo. Todas as pessoas circulam por aqui. Eu acho esse espaço físico aqui genial!*²²

As várias percepções do largo vão conformando uma característica do lugar já indicada pela topoanálise fenomenológica: “places gather things in their midst — where ‘things’ connote various animate and inanimate entities. Places also gather experiences and histories, even languages and thoughts” (Casey, 1996, p. 24). Um morador fundamentou seus argumentos nas práticas cotidianas:

Não queremos uma cidade contemplativa! Queremos uma cidade viva, que respire, que cante, onde possamos entrar em nossas casas, onde nossos centenários edifícios sejam utilizados

²⁰ Ofício encaminhado pelos moradores pelo responsável pelo Programa Monumenta. Cópia em *fac símile* sem data.

²¹ Ofício encaminhado pelos moradores ao responsável pelo Programa Monumenta. Cópia em *fac símile* sem data.

²² Entrevista concedida à autora em março de 2002. Esta declaração foi feita três anos antes da proposta de reurbanização do largo pelo IPHAN.

*não como repartições públicas, como acontece, mas como espaços para fomentar a cultura local, que se encontra na intimidade, nas varandas das casas*²³.

Outra reunião foi agendada. Nela estava presente *a praça inteira*, desde crianças que estudam no Colégio Sant’Ana até idosos residentes no lugar há quase um século. Também compareceram representantes do clero, da UEG, arquitetos, técnicos do IPHAN e do Monumenta. O mesmo projeto, sem nenhuma alteração, foi publicamente apresentado e debatido.

Técnicos do IPHAN e do Monumenta alegavam que num determinado momento histórico o largo não tinha a alameda central e que o projeto reconfiguraria a originalidade do espaço. Os moradores organizados haviam realizado um dossiê sobre o largo, no qual anexaram dados sobre antigos moradores, fotos de diversas épocas, usos do espaço, intervenções sofridas, etc., que fundamentaram os argumentos apresentados em *Power Point*. Os moradores mostraram fotos do início do século com a alameda central alegando que não importava a feição do espaço há séculos atrás, mas a que eles tinham na memória deles, dos pais, dos avós.

Por serem os monumentos e o casario (que compõem o Largo do Chafariz) “partes orgânicas do passado” (Gonçalves, 2001), permitem que os moradores do largo estabeleçam, por meio da ação de possuí-los e/ou olhá-los, uma relação de continuidade com aquele passado que desejam lembrar e preservar. Gonçalves enfatiza a relação metonímica entre “proprietário” e “propriedade” e entre “monumentos” e “passado” (Idem, p. 21). Entendo que é esta relação que defendem os moradores do Largo, ao não aceitarem a imposição do passado mais anterior, proposto pelo Monumenta.

Não podendo comparecer doutor Brasília Ramos Caiado, importante líder político no Estado, enviou carta que foi lida por sua esposa Tânia Mendes Caiado:

[...] pessoas estranhas à nossa cidade com desculpas de que estão trazendo benefícios, querem descaracterizar o que de mais belo há para nós. [...] A nossa gente tem o direito de não aceitar imposições de pessoas ou órgãos que não acompanharam a vida desta cidade. Como defensor intransigente que sempre fui, não hesitarei em buscar as barras da justiça, autoridades competentes, imprensa falada, escrita e televisionada para impedir qualquer agressão maléfica à minha terra natal. Tenho 76 anos e aqui na Praça do Chafariz, hoje Praça Brasil Caiado em homenagem ao meu saudoso pai, nasci e vivi toda a minha vida. Lembrem-se que neste largo permanecem há mais de 100 anos famílias tradicionais, como por exemplo a família Amorim do nosso saudoso Luiz Astolfo, Floriano Sabino de Passos, do Sr. João de Oliveira, a Família Pacheco, a minha família, o Colégio Sant’Anna, e outras mais. Esta rua central [alameda] nasceu praticamente com a cidade, não queiram retirá-la.

²³ Depoimento de um dos moradores do largo. A crítica do morador recai também sobre três edificações — Casa da Real Fazenda, Quartel do XX e antigo Goiás Clube — que após o restauro passaram a abrigar repartições públicas do governo do Estado de Goiás.

*[...] Não queiram impor transformações como aquelas que já ocorreram no prédio da Real Fazenda, no nosso conhecido Goiás Clube, no Museu das Bandeiras e recentemente, no Palácio Conde dos Arcos*²⁴. [grifos meus]

Permanecendo o dissenso, algumas autoridades presentes alegaram que os resistentes não tinham a representatividade da praça, que foi imediatamente comprovada com o documento que trazia a assinatura de cada morador do largo — exceções feitas à casa onde reside um funcionário da AGEPEL — executora local do Monumenta — e ao Museu das Bandeiras (IPHAN).

Sem negociação, as instituições recuaram do projeto. Aquela paisagem ainda é apropriada “vernacularmente” pelos moradores daquele lugar, que como atores têm realizado suas identidades sem se conformarem à lógica da conservação patrimonial, mas contra ela, traduzindo em ação política os recursos simbólicos dos quais dispõem (Herzfeld, 1991). Lutaram os vilaboenses pelos seus espaços culturais e familiares contra a intromissão do mundo global.

Não houve alteração no Largo do Chafariz. A intervenção urbana se voltou então para a Praça do Coreto. Tão logo as obras da Praça do Coreto tiveram início comecei a ouvir, há quilômetros de distância, um burburinho que indicava que o projeto descaracterizaria a Praça. O grande *banner* fixado junto à obra projetava a feição da praça após a reforma. Desconfiados os vilaboenses olhavam pelos tapumes e redes que separavam o trecho em obras.

Ao contrário do Largo do Chafariz, no Largo do Coreto (Praça do Coreto ou Praça do Jardim), nenhuma mobilização foi feita pelos moradores com vistas a debater e questionar o projeto proposto pelo Monumenta. Importante informar que diferentemente do Largo do Chafariz, cuja característica é majoritariamente residencial, o Largo do Coreto é constituído por muitos imóveis comerciais; não obstante alguns deles ainda atenderem às duas funções (morada e comércio). Lá estão localizados o Museu de Arte Sacra da Boa Morte, o Palácio Conde dos Arcos, a Catedral de Sant’Ana, a Casa da Real Fazenda, dois cartórios, uma farmácia, além de vários bares, lanchonetes e lojas de artesanato. Se não houve “ação política” por parte destes moradores e usuários do lugar, houve muitas declarações de contrariedade de moradores de vários lugares da cidade.

Significativamente, ao fim das obras não aconteceu nenhuma inauguração; não ao menos que os vilaboenses tradicionais ou moradores da praça tivessem tido ciência. E isto seria improvável, visto que as inaugurações são sempre acompanhadas de muitos fogos de artifícios, Banda de Música do 6º BPM, além de inúmeras autoridades. Certo dia a praça se

²⁴ Brasil Ramos Caiado, “Carta contra imposições”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 9.

apresentou sem tapumes; entregue à população literalmente “sem cerimônias”. Uma moradora interpretou: *acho que estão com vergonha de inaugurar*²⁵.

Os pontos com os quais discordavam os vilaboenses tradicionais eram: (1) as lajes que foram substituídas por pedras cortadas; (2) a retirada da arborização e colocação de palmeiras imperiais; (3) retirada do chafariz do centro da praça; (4) retirada dos desníveis do piso interno à praça.

Uma matéria no jornal local, *O Vilaboense*, traz depoimentos de diversos moradores da cidade. Abaixo listo trechos dos depoimentos:

*O projeto não retrata nenhuma época, os mais antigos estão revoltados, mas, reclamar a quem? A UNESCO? Acho que é melhor montarmos um novo dossiê para a UNESCO para que amanhã as novas gerações não culpem inocentes [...]*²⁶.

*Entendo que se é para preservar o patrimônio histórico a praça jamais poderia ser modernizada. Mudaram o traçado antigo, retiraram a fonte de mármore e modificaram o paisagismo*²⁷.

*Destruíu-se a história de várias gerações, retirando a fonte, implantando um calçamento alienígena e impondo uma arborização totalmente alheia às histórias, lendas e sentimentos gerados pelo passar das gerações na Praça do Jardim*²⁸.

*Em silêncio, entramos na catedral e fizemos uma prece a Sant’Ana, nossa padroeira, para iluminar as pessoas que estão inseridas nos poderes públicos federal, estadual e municipal, no sentido de saberem ouvir as opiniões dos goianos que residem aqui ou ainda têm casas aqui e não imporem suas decisões ditatoriais*²⁹.

Os vilaboenses tradicionais se ressentem do fato de que suas opiniões, percepções, representações e apropriações do espaço público não sejam consideradas pelas instituições que atuam junto à conservação patrimonial. O presidente da Câmara Municipal informa que em outras reformas serão exigidas *audiências públicas para que o povo vilaboense possa opinar nas mudanças dentro dos critérios de preservação*³⁰.

Importante lembrar que a Portaria 001, de 22 de abril de 1993, instrui sobre preservação de praças e jardins: “As praças e jardins públicos deverão ser preservadas em sua feição original, podendo ser objeto de restauração para recomposição das características referenciadas no período histórico definido no Artigo 2º desta Instrução Regional”³¹.

²⁵ Cleuza P. S. Magalhães, “Opinião do leitor”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 10.

²⁶ Reginaldo Jacaré Adorno, Presidente da Câmara Municipal. “Reforma Reprovada”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 9.

²⁷ Otávia de Castro Lacerda, “Opinião do leitor”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 10.

²⁸ Eudes Pacheco, “Opinião do leitor”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 10.

²⁹ Rita da Veiga Jardim, “Reforma na Praça do Coreto”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 9.

³⁰ Reginaldo Jacaré Adorno, Presidente da Câmara Municipal. “Reforma Reprovada”, *O Vilaboense*, agosto de 2006, p. 9.

³¹ Portaria 001 de 22 de abril de 1993, Artigo 3º, § 6º. 8ª Diretoria Regional do IPHAN.

A Praça do Coreto foi vista como tendo sido, para alguns, *descaracterizada* e para outros, *requalificada*. Uma noção de autenticidade esteve subliminarmente presente nestes debates. Enquanto os técnicos do IPHAN e Monumenta se fundamentaram na lógica de uma autenticidade “não aurática”, na qual a “recriação” se apresenta como “mais forte do que o aspecto da ‘herança’” (Gonçalves, 2001, p. 23), os vilaboenses (envolvidos no debate) construíram suas narrativas com base na autenticidade aurática, enfatizando a importância do vínculo com o passado que desejam preservar, investindo mais nos aspectos de permanência e tradição. Vale ressaltar que em ambos os casos coexistem os aspectos auráticos e não auráticos³².

Tânia Mendes Caiado, viúva de doutor Brasília Ramos Caiado, juntamente com oito vilaboenses, entrou com Ação Popular contra os responsáveis pelo projeto executado na praça. O processo está tramitando.

Tanto o Largo do Chafariz quanto o Largo do Coreto se constituíram em paisagens importantes desde o princípio da evolução urbana e (posteriormente) do processo de patrimonialização da cidade. No entanto, o status privilegiado destes lugares não impediu conflitos decorrentes de apropriações diferenciadas sobre os mesmos. Ou seja, o fato de que tanto para os moradores, quanto para a lógica patrimonial sejam estes lugares significativos, não elimina as dissonâncias oriundas das concepções distintas quanto às intervenções nos mesmos, bem como da diferença quanto aos seus possíveis e legítimos usos.

Todos os casos de intervenções intentadas ou empreendidas nos largos — desde a colocação do Teatro de Arena até a reforma da Praça do Coreto — são ilustrativos da força dos laços sociais para a legitimidade da ação social. Todas as críticas dirigidas aos responsáveis pelas obras fizeram referência ao fato de que *pessoas estranhas* à cidade ou *sem vínculos* com a cidade intervenham de maneira deletéria no espaço público, uma vez que o descaracterizam. Revelam estes casos os caminhos nos quais os laços sociais influenciam não tanto as ações dos agentes patrimoniais (de dentro ou de fora), mas antes a percepção que têm os vilaboenses tradicionais destas ações.

Uma pergunta se impõe: porque os moradores do Largo do Chafariz traduzem frequentemente capital simbólico em ação política, enquanto os moradores do Largo do Coreto ficaram inertes vendo a praça ser *descaracterizada*. Uma moradora do Largo do Chafariz acredita que isto se deu porque no Largo do Coreto além de muitos moradores

³² Para maiores detalhes da reflexão da noção de autenticidade aurática e não aurática em relação aos patrimônios nacionais, conferir Gonçalves (2001).

idosos, tem o comércio de bares e lanchonetes e que no Largo do Chafariz *nós somos uma só família*³³.

A política de enobrecimento colocou os vilaboenses diante da “ambivalência” dos efeitos da mercantilização nas culturas tradicionais, pois se elas têm suas tradições produtivas e culturais reativadas, muitas vezes pela incorporação de sua riqueza cultural no mercado turístico, têm igualmente seus bens culturais (em maior ou menor grau) deteriorados pela inserção do valor de troca (Canclini, 1994, p. 101). Para Jeudy é nesse ponto que reside a contradição da “prospectiva patrimonial”, pois se por um lado “os patrimônios não podem ser tratados como produtos de marketing”, uma vez que de alguma maneira é necessário que “o patrimônio seja excluído do circuito dos valores mercadológicos, para salvar seu próprio valor simbólico”; por outro lado, “não existe desenvolvimento cultural sem comercialização” (2005, p. 20).

Os moradores reconhecem (em níveis distintos) a importância que tem o título de patrimônio mundial para os negócios turísticos. Reconhecem e exploram (em escalas e graus variados) os benefícios do turismo na cidade. Também se orgulham do passado secular, da história de centro político, e do *topos* cultural no qual vivem as suas vidas. Orgulham-se igualmente da estética urbana, que a agência patrimonial (endógena e exógena), se servindo da conjuntura (mudança da capital) cuidou de preservar. Sentem-se envaidecidos quando juntos celebram o patrimônio nas (e das) festas, procissões, alvoradas, serenatas e folias; quando cantam, rezam e vivem cotidiana e ritualmente as suas vidas marcadas por fogos de artifício, pela banda de música e pelo repicar dos sinos. Mas eles também “want to get on with the comforting ordinariness of their evereday lives” (Herzfeld, 1991, p. 258) e isso implica em liberdade física e conceitual, implica ora em manutenção dos usos de um determinado bem cultural, ora em mudança de uso.

Se o título de patrimônio mundial serviu para compensar as perdas seculares sofridas pelos vilaboenses, sobretudo a perda da capital (sendo por isso vivido com tamanha intensidade, sobretudo pelos *filhos de Goiás*), serviu também para transformar as relações dos vilaboenses tradicionais entre si, e deles com seus patrimônios. Quão mais se universalizou simbolicamente, mais vem se restringindo localmente e, assim, lamenta uma vilaboense: *de repente esse Goiás bonito, que era meu, que era de todos nós... nós fomos perdendo ele...*³⁴.

³³ Declaração feita à autora em fevereiro de 2007.

³⁴ Entrevista concedida à autora. Identidade omitida por opção da autora.

Referências Bibliográficas:

- ARANTES, Antonio Augusto. 1987. Documentos históricos, documentos de cultura. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº. 22. Brasília: Minc/IPHAN, pp. 48-55.
- BOURDIEU, Pierre. 1992. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva. (Coleção Estudos, 20)
- CANCLINI, Nestor Garcia. 1994. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 23. Brasília: IPHAN, pp. 94-115.
- _____. 1997. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp (Ensaio Latino-americanos, 1).
- CASEY, Edward S. 1996. How to Get From Space to Place in a Fairly Short Stretch of Time: Phenomenological Prolegomena” In FELD, Steven e BASSO, Keith H (Ed.) *Senses of Place*. Santa Fé, New México: School of American Research Press, pp. 13-52.
- CLIFFORD, James. 1994. Colecionando Arte e Cultura. Tradução de Anna O. B. Barreto. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 23. Brasília: IPHAN, pp.69-89.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. 1994. *Construções do Passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Brasília: UnB.
- FORTUNA, Carlos. 2006. Centros históricos e patrimônios culturais urbanos: uma avaliação e duas propostas para Coimbra. In: *Oficina CES*, 254. Available from: < Available from: <<http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/254/254.pdf>> Access on: 26 de nov 2006.
- GEERTZ, Clifford. 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- _____. 1996. Afterword. In FELD, Steven e BASSO, Keith H (Ed.) *Senses of Place*. Santa Fé, New México: School of American Research Press, pp. 259-262.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 2001. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDEMBERG, Miriam (Orgs.) *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 15-33.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. 2000. Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, pp.30-49.
- HANDLER, David. 1988. *Nationalism and the politics of culture in Quebec*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- HERZFELD, Michael. 1991. *A Place in History: social and monumental time in a Cretan Town*. Princeton/ New Jersey: Princeton University Press.
- JACKSON, John Brinkerhoff. 1984. *Discovering the Vernacular Landscape*. New Haven and London: Yale University Press.
- JEUDY, Henry Pierre. 2005. *Espelho das Cidades*. Tradução Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- LEACH, Edmund Ronald. 1996. *Sistemas Políticas da Alta Birmânia*. (tradução Antonio de Pádua Danesi, Geraldo Gerson de Souza e Gilson C. C. de Souza). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Clássicos 6).
- LEITE, Rogério Proença. 2001. *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Campinas, Tese (Doutorado em Antropologia) – Unicamp. 390 f.
- LIDCHI, Henrietta. 1997. The poetics and the politics of exhibiting others cultures. In: *Representation: cultural representations and signifying practices*, ed. S. HALL. London: Sage / Open University.
- LOWENTHAL, David. 1998. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge, Cambridge University Press.

- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. 1993. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento) In: *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, Nº. 1. São Paulo: Edusp.
- MONNET, Jérôme. 1996. O álbi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº.. 24. Brasília: Minc/IPHAN, pp. 220- 228.
- NASON, James D. 1997. Beyond Repatriation: cultural policy and practice for the twenty-first century. In: ZIFF, Bruce; RAO, Pratima V. (Orgs). *Borrowed Power: essays on cultural appropriation*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, pp. 291-312.
- STOCKING JR., George W. 2001. Objects and Others: essays on museums and material culture. In: STOCKING JR., George W. (Org.) *Delimiting Anthropology: occasional essays and reflections*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, pp. 244-259.
- TAMASO, Izabela. 1998. “Tratorando” a História: percepções do conflito na prática de preservação do patrimônio cultural edificado em Espírito Santo do Pinhal (SP). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Brasília: UnB.
- _____. 2002. Preservação dos patrimônios culturais: direitos antinômicos, situações ambíguas. *Anuário Antropológico* / 98. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 11-50.
- TEAGUE, Lynn S; JOAQUIN, Joseph T; LOMAWAIMA, Hartman H. 1997. A Coming Together: the Norton Allen Collection, the Tohono O’odham Nation, and the Arizona State Museum. In: ZIFF, Bruce; RAO, Pratima V. (Orgs). *Borrowed Power: essays on cultural appropriation*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, pp. 313-320.
- VELHO, Gilberto. 1997. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ZIFF, Bruce; RAO, Pratima V. (Orgs). 1997. *Borrowed Power: essays on cultural appropriation*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press.
- ZUKIN, Sharon. 2000. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antonio A. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Ed. Papirus, pp. 104-115.